

## **ATA RESUMIDA**

### **29ª. REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETE.**

Ocorrida em 26/11/2004 no Município de Boituva- SP.

Abriu a reunião o Sr. Presidente do CBH-SMT e Prefeito do Município de Sorocaba, Renato Favel Amary, apresentando a composição da mesa de trabalhos, "Malu" Ribeiro Vice-Presidente, representando o segmento da Sociedade Civil, Jussara de Lima Carvalho, Secretária Executiva, e Lucy Brandão Presidenta da Fundação Agência da Bacia. Com a palavra Jussara Carvalho, Secretária Executiva, comunicou a presença de quorum para o início dos trabalhos, 29 representantes dos 51 membros titulares. Com a palavra o Sr. Prefeito do Município de Boituva Edson Marcuso, agradeceu as presenças, lembrou as palavras do brasão do Município: Fé, Trabalho e Hospitalidade pedindo que todos sentissem-se em casa. O Sr. Presidente registrou as presença segundo os segmentos, Prefeitos: Tatuí Vicente Menezes representante do Prefeito de Votorantim Jair Cassola, Rubens Mesadre Porangaba Edgar de Marcos Costa, Bofete José Carlos Roder, José Marcuso, Jumirim Darci Schiavi, Aldomir José Sanson de Cerquilho, Marcos Tadeu Andrade, representando o Prefeito de Iperó, Mauro Sartoreli, de Quadra representando o Prefeito Oscar Dias da Rosa, Cláudio Tavares, representando Prefeito de Porto Feliz Eral Steiner, Jessel de Campos, representando o Prefeito de Conchas José Luiz Miranda, João M. Ramos Neto, Piedade Joel Manoel de Oliveira. Sociedade Civil: Dr. Ruy Jaegger Júnior do CREA, Francisco Colelho Neto Assoc. dos Eng. e Arq. de São Roque, Mairinque, Ibiúna, Araçariguama e Alumínio, do Sintaema Ghandi Pires Fraga, pela Associação Japi, Antônia Aparecida Spina, Lélío Chico, INEVAT, Francisco Moschini, ICATU Wendell Rodrigues Wanderley, AJE, José Batista, Aruanda Ambiente-Instituto Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento, Eduardo Raccioppi, Associação Ecológica São Francisco de Assis, Ruth Ayres de Araújo. Governo do Estado: Elisa do Amaral pela Fund. Prod. Conserv. Florestal do Estado de São Paulo, Inês Salles Gonçalves da Secretaria de Ciências Tecnologia Desenv. Econ. e Turismo, Solange Guerra Bueno, Secretaria da Juventude, Esportes e Lazer, Minoro Beltrão, representando a Eng.<sup>a</sup> Renata Inês Ramos Beltrão, CETESB, Sétimo Humberto Marangon, Saúde Celso Tinen, Secretaria da Energia e do DAEE Renato Alves da Silva, Oscar Souza Vieira Neto, da Associação dos Usuários de Recursos Hídricos de Tatuí, Unesp Silvio

Carlos Santos Nagy, Associação Ecológica Alerta de Tatuí, Décio Soares. Vereadores: Maurício Tavares, São Roque, Luciano César de Toledo Cesário Lange, Cerquilho Germano Reis de Oliveira, Piedade Godofredo Verner, Mairinque Odeia Maria de Souza. Vice-Prefeito de Boituva, Isaltino Olímpio Gomes, Fabíola Maria Gonçalves Gerente Regional da CETESB de Sorocaba, Eng. Alerlei Ribeiro de Barros, DAEE, Eng. Geraldo de Boituva, Secretaria Agricultura e Meio Ambiente.

Solicitou um minuto de silêncio homenageando, e lamentando, os falecimentos do Prefeito de Piedade Rubens Caetano da Silva, "Carioca" e Vice Prefeito de Ibiuna, Armando Giancolli. Passou a Presidência da reunião ao Prefeito Edson Marcuso, que agradeceu a homenagem em nome de todos os Prefeitos. Com a palavra Jussara de Lima Carvalho, Secretária Executiva, procedeu à leitura da ordem do dia: Aprovação da Ata da reunião anterior, Deliberações, diretrizes e critérios gerais para indicação de pleitos com recursos do FEHIDRO, apresentações e encaminhamentos 'O Rio Sorocaba está Morrendo', ICATU e proposta sobre a Bacia de Itupararanga pelo Instituto ARUANDA, informes e encerramento. O Sr. Presidente submeteu ao plenário a aprovação da Ata da reunião anterior, **aprovada**. A Secretária Executiva, comunicou que o CERISO solicitava aprovação da recondução para o próximo ano do projeto de Capacitação para Gerenciamento de Recursos Hídricos, e também que como havia oito projetos aprovados pelo FEHIDRO contratados mais ou menos na mesma época, acarretou acúmulo de projetos e estavam abrindo mão do projeto Planejamento do Uso do Solo no em torno de Itupararanga, também porque o Conselho Gestor da APA estaria fazendo o plano de manejo para a APA inteira. A Sra. Vice-Presidente 'Malu' Ribeiro, considerou que tendo em vista que haverá renovação do colegiado, o volume de recursos destinados à APA de Itupararanga, o fim do mandato de vários Prefeitos, todos os projetos deveriam entrar em nova fase de hierarquização de pleitos, na mesma regra dos demais. O Sr. Nilton, Chefe de Administração Finanças, SAAE Votorantim explicou que o projeto de Capacitação ficou paralisado em função de que o TR não era muito concreto, e também os membros que fazem parte do Comitê do próximo mandato, mudariam, e não teria sentido dar um treinamento se haveria mudanças de pessoal. A Sra. 'Malu' disse que não estava julgando o mérito da proposta, mas que existia prazos e cronograma, como o projeto não foi contratado, seria desnecessário deliberarem sobre um bom projeto para que ficasse aprovado para o ano que vem, e a deliberação não teria validade, pois na hierarquização do próximo ano ele teria que voltar a ser deliberado. Propôs que na próxima gestão abrindo os pleitos rerepresentassem o

projeto. Em votação pelo Sr. Presidente, cancelamento do projeto de Planejamento do em torno de Itupararanga e a reapresentação do projeto de Capacitação, para o próximo ano, **aprovado**.

No uso da palavra o Prof. Silvio Nagy, Coordenador da Câmara Técnica, PLAGRHI, apresentou os critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO/2005. Cronograma: 10/01 a 18/02/2005 período de inscrição de empreendimentos na Secretaria Executiva para pré qualificação; 21/02 a 28/02 análise de pré qualificação pela PLAGRHI, resultados divulgados no *site* SIGRH em 04/03/2005; 07/03 a 18/03/2005 inscrição dos empreendimentos pré qualificados pela Câmara Técnica junto à Secretaria Executiva; 28/03 a 01/04/2005 reunião da Câmara Técnica para análise dos empreendimentos; 08/04 reunião ordinária da Câmara Técnica para análise, pontuação e proposta de hierarquização dos empreendimentos; 11/04 a 15/04 divulgação dos resultados no *site* SIGRH. Após 18/04 reunião do plenário do CBH-SMT incluindo a apreciação da hierarquização dos empreendimentos FEHIDRO.

Artigo 1º parágrafo 1º, Somente poderão ser inscritos no período de 07/03/2005 a 18/03/2005 os empreendimentos que tenham sido submetidos à análise de pré qualificação conforme definido no item D do *caput* deste artigo, desde que sejam atendidos os eventuais ajustes, requeridos então e que serão divulgados para os que estão pleiteando os recursos. Parágrafo 2º, A Secretaria Executiva divulgará na página do CBH-SMT no *site* SIGRH até dia 10/12/2004 ficha de inscrição e documentos necessários para a pré qualificação dos empreendimentos. Parágrafo 3º, A análise de pré qualificação terá função de proceder de forma preliminar a verificação técnica do empreendimento a adequação do TR do projeto do empreendimento às normas técnicas vigente e o exigido pelos agentes técnicos do FEHIDRO, a exigência de documentos, certidões, outorgas, etc, exigidos pelo FEHIDRO, avaliar a prioridade do pleito perante as diretrizes do CBH-SMT, estabelecidos no artigo 2º dessa deliberação e outras exigências e limitações constantes no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. Parágrafo 4º, Fica delegado à Secretaria Executiva a função de adaptar, alterar, incorporar, excluir critérios fixados nessa deliberação tendo em vista proceder os ajustes decorrentes da deliberação do CRH e do COFEHIDRO que venham a ocorrer até a próxima reunião do plenário do CBH-SMT. Parágrafo 5º, Fica delegada à Secretaria Executiva e a Câmara Técnica a função de promoverem as análises e pontuações necessárias conforme indicados nos itens D, E do *caput* desse artigo propondo a hierarquização com base nas Diretrizes e Critérios Gerais estabelecidos nessa deliberação.

Parágrafo 6º, Fica possibilitado a apresentação de recursos que deverá ser feita por escrito até dez dias após a divulgação da hierarquização dos empreendimentos realizados pela PLAGRHI em reunião plenária do CBH-SMT.

O Sr. Presidente colocou em discussão por artigos. A Vice-Presidente concordou e reforçou as palavras da Sra. Cida, 'no próximo ano não existe eleições, portanto dá tempo perfeitamente dos novos Prefeitos, os novos membros da Sociedade Civil, assumirem sua vaga no Comitê em março e a partir do novo colegiado passarem a cadastrar os projetos do FEHIDRO para estarem contratando esses projetos em junho.' Caso votassem o calendário de cadastramento de projetos só alguns teriam condições e capacidade de terem projetos em carteira, apresentar e contratar projetos, os novos não teriam chances. Propôs, que as datas propostas no artigo 1º fossem todas alteradas pensando em contemplar projetos na próxima gestão do colegiado e a partir da posse dos novos membros, em março, manteria-se o mesmo cronograma. No parágrafo 5º excluir 'Secretaria Executiva' deixando a atribuição à Câmara Técnica. No uso da palavra o Sr. Eduardo Raccioppi, Aruanda Ambiente, Instituto Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento, concordou com a Vice-Presidente e agregou que pela experiência de outros Comitês, nenhum tomador poderia permanecer na mesa de análise dos projetos. Encaminhou primeiro para que qualquer tomador ou pleiteador de projetos fosse excluído da equipe de análise, segundo, que muitas das questões discutidas teriam que ser definidas a partir dos novos integrantes das diferentes Câmaras que irão compor o Comitê. O Sr. Darci, disse que as datas do artigo 1º estavam prejudicadas. O Sr. Presidente Renato Amary disse que no dia 1º de janeiro quando assumiriam os novos Prefeitos, com um provável novo programa de Governo, que iriam implementar depois de conhecer a máquina administrativa e depois de ter sua assessoria montada em cada Município, provavelmente sua assessoria técnica no que diz respeito as ações que o Comitê ajuda cada Município a desenvolver na sua própria cidade. Logo na primeira quinzena de janeiro deveriam ser chamados os novos Prefeitos para então discutirem, e aprenderem, referente à apresentação dos projetos. O Sr. Renato, DAEE, teceu considerações sobre os prazos do manual do FEHIDRO, que continuam sendo 30/06, para começarem a discutir em março, ficaria muito corrido. Sugeriu manutenção da data colocada. Prosseguiram os debates em plenária. Disse a Vice-Presidente entre suas considerações, lembrando como o Sr. Renato havia colocado, os critérios para o próximo biênio seriam os mesmos. Não estava coerente, na proposta da Câmara Técnica, somente os prazos. Se pelo critério da Câmara Técnica

o prazo de inscrição fossem ampliados, atenderia a necessidade dos novos. Considerou também que deveriam propor alteração do estatuto do Comitê para que o próximo biênio não enfrentasse tantas dificuldades de calendário. A Secretária Executiva, sintetizou a proposta: Aprova-se os critérios, as diretrizes, havendo alterações do que era anteriormente destaca-se e colocam para deliberação. Os prazos de recebimento de projetos, análise da Câmara Técnica e demais começam a partir da eleição, em função disso a Câmara deverá rever todos os prazos. A Vice-Presidente no uso da palavra disse que poderiam fazer uma reunião em janeiro convidando todos para explicar as regras e prazos. Concordou tratar-se de questão ética, quem for tomador da Câmara Técnica não participar da votação. A Sra. Secretária Executiva, propôs antecipação da eleição para dia 05/03, de 28/01 até 28/03 análise de pré qualificação, e que se dê todos os informes na reunião de janeiro. O calendário todo estaria a partir de 28/01, refazendo todas as datas. O Sr. Renato propôs acrescentar 30 dias em todas as datas. Posto em votação pelo Sr. Presidente aprovação das regras destacando as alterações e alteração para 30 dias a partir de 28/01, **aprovado**. Prosseguiu com os destaques nos demais artigos o Prof. Silvio Nagy, artigo 2º item IV, Promover programas de prevenção, e recuperação de áreas críticas de erosão. Ressaltou prevenção. Item VIII, Incentivar projetos que objetivem o planejamento e a gestão da Bacia. Artigo 4º, item I, Projetos e obras para tratamento de efluentes de origem doméstica. Artigo 8º, Destinar no mínimo 30% dos recursos financeiros a projetos que objetivem planejamento e a gestão da Bacia. Parágrafo Único, Caso os projetos não sejam apresentados e aprovados pela Câmara Técnica, os recursos serão destinados total ou parcialmente para aproveitamento de outros pleitos. Em outro artigo, Fica permitido à SABESP, em função da atuação dentro da UGRHI 10, a inscrição de até três empreendimentos para que seja submetido à análise devendo priorizar apenas um por Município para serem indicados para o financiamento do FEHIDRO. A Vice-Presidente não concordou, segundo o próprio Presidente da SABESP, ela tem cotação orçamentária e capacidade de financiamento internacional. As Autarquias e Serviços Autônomos de Água e Esgoto com a mesma competência não podem aumentar sua tarifa por praticarem preço público, para a água. Após demais encaminhamentos, pela ordem o Sr. Presidente Renato Amary solicita que seja apresentado defesa para que votassem. O representante da SABESP considerou ter havido engano pois não houve a proposta na Câmara de Saneamento, não foi pedida. Então o Prof. Silvio Nagy prosseguiu, item V, Apresentar os valores de financiamento efetuados de R\$ 150 mil, e destacando-se,

com exceção dos que se enquadram no artigo 16 do Manual dos Procedimentos Operacionais de investimentos conforme deliberação do COFEHIDRO no. 59/2004 mediante avaliação. Item VIII, Não serão destinados recursos para perfuração e/ou recuperação de poços tubulares profundos. A plenária entra em debates e a Vice-Presidente relembra que a proposta que apresentou contemplou deliberação a respeito de prazo, os critérios permaneciam até a próxima reunião. Disse não se sentir confortável para votar, porque também a exposição ficou prejudicada nos destaques. Quantidade a questão de captação de abastecimento de água, subterrânea ou superficial, teria que ter à luz um estudo técnico, com pronunciamento do DAEE sobre as outorgas, as necessidades de captação e a capacidade dos aquíferos. Propôs deliberarem somente os prazos, mantidos em vigor os critérios atuais e na próxima gestão sendo necessário alteração de critérios. O Sr. Presidente lembrou que já fora votado em relação aos prazos. O Sr. Presidente Renato Amary disse “o que se sugeriu foi suspender essa deliberação por falta de condição mais efetiva, não é manter o que está em vigência, está mantido até a próxima reunião. Ajusta-se as discussões nossas e coloca-se de forma que a gente possa avaliar melhor e talvez até encaminhar para cada um uma minuta para cada um estudar melhor e já vir aqui em uma condição melhor de deliberação. Seria Sr. Presidente só suspensão da deliberação, não é deliberar mantendo os atuais critérios, estão mantidos por força de lei.” O Sr. Presidente convidou o Sr. Wendell para a apresentação ‘O Rio Sorocaba está Morrendo’, que considerou entre outros pontos importantes: proposta para em 2005 resolver os problemas do rio de maneira mais efetiva, rápida e produtiva. Anunciou para fevereiro em Cerquilha o ‘1º Fórum das Águas do Baixo Sorocaba’. Que o Comitê deve implantar campanha sobre o lixo em todos os Municípios. Apresentou dados do rio: 13/09 períodos de seca, 27/09 baixo, em 20/10 chove, a régua sobe para 90, 01/11 abaixa, 10/09 continua abaixo de 50, 22/09 boa chuva, 90, 13/09 seca, 27/09 seca, 10/10 chuva, 01/11 chuva e 10/11 bastante água e 22/11. Mostrou comparativo com fotos, quando não havia chuvas e quando as chuvas começavam a aparecer. No final de setembro antes da chuvas na represa San Juan ocorreu o desastre, com pouca quantidade de água e excesso de matéria orgânica os peixes ficaram sem oxigênio. O Sr. Presidente convidou o Sr. Eduardo Raccioppi, Aruanda Ambiente, Instituto Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento para apresentação. **(ANEXO 1)**.

O Sr. Presidente encaminhou que a proposta demandaria apreciação da Câmara Técnica de Planejamento.

No uso da palavra a Secretária Executiva procedeu aos informes. Com os recursos do FEHIDRO elaboraram um plano de comunicação e divulgação onde os membros do Comitê já deveriam estar recebendo quinzenalmente o Boletim eletrônico, tornando mais simples o recebimento de informações. Estaria também em elaboração *site* e o jornal do Comitê, com vídeo e algumas publicações. Em relação aos recursos a Direção da CETESB informou que Municípios com população menor do que 15 mil habitantes e com projetos já licenciados foram beneficiados com recursos da FUNASA para água e esgoto, e para a segunda etapa, com recursos do Estado 'Água Limpa' pretendiam beneficiar Municípios não operados pela SABESP com população inferior à 25 mil habitantes, para água e esgoto, coleta e tratamento. A priorização seria feita pelo Comitê, nos Planos de Bacias e diagnósticos, relatório zero. Na região pretendiam contemplar bairros isolados em Municípios como Ibiúna, absolutamente prioritário para Itupararanga, Piedade, etc. Informou que o CONESAM quer retomar suas atividades e tem prazo até julho 2005 para fazer um relatório de salubridade ambiental e para isso estaria discutindo um índice de salubridade ambiental, tarefa que seria da Câmara Técnica de Saneamento, com reuniões de intercâmbios para discutirem o índice que será levados em consideração para avaliação dos Municípios na obtenção de recursos. Comunicou também a apresentação da moção da Sra. Solange, Coordenadora da Câmara Ambiental (**ANEXO 2**) com deliberação do Segundo Diálogo de Educação Ambiental, ao CRH solicitando criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental Capacitação, Mobilização Social e Informações e Recursos Hídricos. Solicitou a análise do plenário para aprovação da moção e encaminhamento ao Presidente do CRH.

O Sr. Eduardo solicitou o encaminhamento de sua apresentação. O Sr. Presidente solicitou esclarecimento sobre para quem seria endereçada a moção. O Sr. Presidente Renato Amary entendeu que o encaminhamento à Câmara Técnica era correto. A Vice-Presidente considerou que no pedido de uso da palavra do Sr. Eduardo, achava que o objeto da moção ou manifestação fosse encaminhamento ao CONSEMA, pois suspenderam a discussão do repasse de verbas compensatórias à APA de Itupararanga por falta de consistência na destinação de R\$ 1,5 milhão de recursos. Porém priorizar Itupararanga o Comitê o vem fazendo desde sua instalação em 1995, também criou uma Câmara Técnica, Grupo especial de Itupararanga, fez gestões para implantação APA, destinou recursos, enfim, Itupararanga é mais do que uma prioridade. Mas a decisão compensatória não foi imediatamente destinada ao Comitê, e nesse caso caberia uma manifestação ou indicação de representantes

para fazer com que o CONSEMA acelerasse os projetos onde CPLA e DAIA pudessem usar o dinheiro regulamentando à APA. Propôs que o Comitê oficiasse o CONSEMA para que fosse ouvido na reunião da Câmara Técnica de Compensação, incluindo o Comitê como um dos interlocutores na decisão e que apresentem o projeto onde vai aplicar o dinheiro das compensatórias. O Sr. Presidente disse ao Sr. Eduardo, “o que em suma atende suas indicações e suas sugestões”, e submete a proposta ao plenário para o envio do ofício ao CONSEMA, **aprovado**. No uso da palavra a Vice-Presidente informou sobre o processo eleitoral. Haverá eleição da Comissão Eleitoral que redigirá as regras para o processo, incluindo cadastramento e recadastramento das entidades da Sociedade Civil e sua publicidade. Encaminhou para que o número de membros permaneça com três de cada segmento. Os três eleitos elaborariam regras, cronograma, submetendo a proposta via Boletins da Secretaria Executiva. Concluiu ainda sua fala sobre a moção do CONSEMA, que a Sra. Cida Spina pediu que se faça um ofício à Secretaria de Recursos Hídricos enaltecendo a conclusão das obras de alteamento da Rodovia dos Romeiros. Pelos informes, foram instituídos pelo Ministério do Meio Ambiente as Comissões que trabalham no Plano Nacional de Recursos Hídricos, o CRH elegeu representantes da Sociedade Civil, Estado e Municípios para a Bacia do Paraná, da qual o Comitê faz parte em âmbito Nacional, e tendo ela sido eleita representante da entidades Civis. O Plano Nacional afeta a Bacia do Médio Tietê, na cabeceira do Sorocaba, pela quantidade as outorgas para geração de energia elétrica, na relação entre os Conselhos Estaduais e o sistema federal, na questão do terminal intermodal da Hidrovia Tietê Paraná, em Conchas, que necessita de deliberações do Comitê. Além da questão da Indústria da Pesca, Abastecimento e da Geração de Energia. E já poderão pleitear na próxima reunião do CRH o recurso de custeio para as entidades da Sociedade Civil nas Câmaras Técnicas. Sobre a Agência da Bacia que está vinculada à cobrança pelo uso da água, ainda não implementada no Estado de São Paulo, pediram uma reunião para 09/12 em Brasília com diversas Instituições Bancárias, porque estas só iriam destinar recursos financeiros para Bacias brasileiras que tivessem Plano de Bacia, Agência da Bacia e cobrança pelo uso d'água, irão alegar que não é culpa dos Comitês mas da morosidade da ALESP a não implementação dessa política pública. Solicitou que se os Prefeitos tivessem mais algum pedido poderiam encaminhar. E comunicou que dentre as exigências para financiamento além da cobrança pelo uso da água estão a de que exista CONDEMA instituído no Município, Plano Diretor, Estatuto da Cidade, e Unidade de Conservação.



O Comitê precisa fazer gestão pois tais exigências não estão implementado na maioria dos Municípios de pequeno porte da Bacia. Informou ainda que o Bid está financiando e ouvindo a Sociedade Civil nos projetos da área de saneamento, nesse sentido produziram um documentário que começou a ser gravado na Foz do Tietê, 'Tietê espelho d'água' e domingo às 8hs estarão em Tietê, com a irmandade do Divino Espírito Santo que faz decidas e subidas de canoas em uma tradição religiosa ligada às águas. "O testemunho principal para o Bid é que se as ações do projeto de despoluição não tivessem avançando ou pelos menos forçando redes coletoras de esgoto, ligação de saneamento e gestão como na nossa Bacia, tradições religiosas e culturais como essa também acabariam por conta da poluição e tem um testemunho de um dos irmãos e um padre, que essa Festa tinha sido paralisada em virtude disso, e agora ela voltou a ser realizada."

Prosseguiram os trabalhos para instituição da Comissão Eleitoral, o Sr. Presidente sugeriu apenas a substituição do Prefeito Carioca mantendo-se todos os outros membros. A Secretária Executiva informou a composição atual, Estado: Sras. Jussara e Solange Guerra e Sr. Sétimo. Municípios: Piedade, Cesário Lange e Boituva. Sociedade Civil: Icatu, Sindicato Rural de Piedade e UNESP de Botucatu. Após amplos debates e considerações na plenária o Sr. Presidente sugeriu a composição com os Municípios de Bofete, Cerquilha e Jumirim, os Srs. Prefeitos Aldo, Darci e José Carlos Roder e o Sr. Presidente Renato Amary sugeriu "troca o Darci e põe o Élbio", sendo **aprovado** manutenção e troca apenas dos Prefeitos.

No uso da palavra a Sra. Lucy, Presidenta da Fundação Agência da Bacia, informou que a Agência está completamente legalizada para iniciar o funcionamento. Contrataram a Fundap, para fazer a proposta de modelo definitivo para a Agência. A partir de janeiro trabalharão na estratégia de arrecadação de recursos dos Municípios e da Sociedade Civil para o início dos trabalhos. O Sr. Presidente sugeriu que a reunião extraordinária fosse marcada para 28 de janeiro em Cerquilha, **aprovado**. Encerrou os trabalhos o Sr. Presidente Renato Amary, que agradeceu a todos e propôs uma reunião extraordinária festiva para 18/12 em Sorocaba para apertarem juntos o botão da primeira ETE de Sorocaba iniciando o tratamento das águas do Rio Sorocaba. A Obra completará a despoluição de 50% da poluição orgânica do Rio Sorocaba, com financiamentos, entre outros, de R\$ 75,6 mi em 9 contratos assinados a CEF, com recursos disponíveis para completar toda a despoluição do Rio Sorocaba. O Sr. Presidente da reunião Prefeito do Município de Boituva, Edson Marcuso,

convidou todos para o 2º Comitê Festin em Cerquilha. Reiterou o convite do Sr. Renato Amary, como membro do segmento dos Prefeitos, do Comitê e CRH, para o evento da inauguração da ETE Sorocaba, extremamente importante para coroar de êxito não só a Presidência nos diversos anos, mas o trabalho de todos. E tendo assim cumprido a Ordem do Dia, deliberado em plenária, deu por encerrada a reunião. Enquanto Secretária Executiva deste Comitê, realizei a minuta da presente Ata.

# ANEXO 1

Ao  
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA SOROCABA MÉDIO TIETÊ

Ilmos.Sres  
Renato Amary e Jussara Lima Carvalho

DDs. Presidente e Secretária Executiva

Senhoras e Senhores Presentes nesta constituída  
29.0 Reunião Plenária do CBH/SMT, Cidade de Boituva, Estado de São Paulo

Nossa organização, Instituto Aruandista de Pesquisas e Desenvolvimento - ARUANDA AMBIENTE, seguindo seus objetivos institucionais e os princípios legítimos e conceituais da preservação ambiental, dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, em observância às cartas magnas da Federação e do Estado de São Paulo, às leis específicas de Recursos Hídricos e aos conteúdos da Agenda 21 vem através desta fazer uma breve exposição sobre a situação da Bacia Itupararanga e seu reservatório de mesmo nome.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 incluiu, entre as competências, a de instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Criado o sistema se aprovam leis e disposições que disciplinam o uso da água e promovem a criação dos sistemas de gerenciamento hídrico Estaduais.

A Lei Estadual 7663/91 determina a constituição dos comitês de bacias os quais seriam instituídos e formados por um corpo colegiado tripartite constituído por representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil organizada, sendo seu objetivo principal o Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Este sistema de gerenciamento tem demonstrado, em vários casos e oportunidades, exemplos de democracia participativa e a prática comum e irrestrita do debate e da discussão focados nos objetivos de interesse público, com pleno exercício da democracia e do direito constitucional e da cidadania.

Em 20.12.94, cria-se o CBH/SMT com seu correspondente Estatuto onde consta nos:

Artigo 3.º (Objetivos):

IV - Promover e apoiar a prevenção das causas e efeitos adversos da poluição, das doenças de veiculação hídrica, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;

VII - Promover a utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para abastecimento das populações;

Artigo 4.º (Competência):  
IX - Promover estudos, divulgação e debates sobre programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;

XV - Propor, quando necessário, a elaboração e implantação de planos emergenciais para garantir a qualidade e quantidade dos recursos hídricos em sua área de atuação;

A ARUANDA AMBIENTE, com base legítima constitucional e nos conteúdos do Estatuto do CBH/SMT, e considerando o estado de risco iminente da Bacia Itupararanga e seu reservatório;

tendo considerado especialmente se tratar da montante para o abastecimento de uma população hoje de mais de 1 milhão de habitantes, representando mais de 59% da população da Bacia e concentradora de mais de 70% da atividade econômica;

Considerando também as previsões de crescimento provocadas pela expansão da Região

Metropolitana de São Paulo e os indutores diretos, como a duplicação da Rodovia Raposo Tavares e Rodoanel-Sul e outros indiretos como lazer, moradia e emprego;

Vem a seguir, desenvolver resumidamente suas apreciações sobre o assunto:

### **AMEACAS e INSUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL e ECONÔMICA DA BACIA ITUPARARANGA**

<b><u>POPULAÇÃO</u></b>			
Ano	2000(a)	2003(b)	2010(b)
2025(b)			
Bacia Sorocaba-Médio Tietê	1.654.736	1.770.000	2.290.000
3.620.000			
Bacia Itupararanga + Sorocaba			
2.512.280	951.473	1.046.070	1.433.640
Percentagem sobre a B.SMT			
69,8%	57,5%	59,1%	62,6%

(a) dados IBGE

(b) projeção segundo técnicos da ARUANDA AMBIENTE

### **TIPOLOGIA POPULACIONAL**

A população tradicional local foi permanentemente acrescida de migrações induzidas pela exploração extrativista, intensificação das áreas de lazer e descanso individuais e coletivas privadas e pela industrialização, destacando-se indústrias de porte considerável, específicas e especializadas. Os usos do solo para fins rurais foram explorados de forma intensiva sem manejo adequado, sendo o perfil monocultural e de moradia rural precário e inadequado considerando os aspectos de saneamento e saúde.

Na imensa maioria as áreas urbanas se desenvolvem sem qualquer planejamento urbano e ambiental e sob o domínio da especulação imobiliária.

As construções urbanas e algumas industriais se encontram instaladas em: Colinas, Morros baixos, Morros altos, Morretes, Serras e Escarpas. Sendo seus sistemas construtivos, na sua maioria, faltos de projeto e controle. Muitos moradores, especialmente migrantes de outras regiões, replicaram os sistemas de ocupação e construção. Na maioria dos municípios existem poucas ou nenhuma área de preservação histórica, assim como áreas de Preservação Ambiental Municipal.

Nos últimos dez anos a ocupação predominante se deu em áreas de recarga e de mananciais ocupadas originariamente por matas ciliares e matas nativas ou áreas agrícolas.

### **TIPOLOGIA DE SERVICOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E EFLUENTES**

A água tratada alcança aproximadamente 80% da população, não considerando a atividade industrial e áreas rurais.

O tratamento de esgotos tratados não ultrapassaria os 11% na região toda.

Estiagem e falta de água são comuns e prevaletentes nos Municípios de Sorocaba e São Roque e áreas de expansão urbana sem infraestrutura básica e sítios rurais como exemplo Mairinque.

### **TIPOLOGIA SOCIOAMBIENTAL**

A partir dos anos 60-70 e principalmente 80-90, observa-se uma grande pressão migratória proveniente de regiões metropolitanas, principalmente da RMSP e estados vizinhos como Paraná e outros do Nordeste. Estas populações migratórias, como as empobrecidas locais, especialmente das áreas rurais, acusam índices de impactos sociais importantes, principalmente nos municípios de Vargem Grande Paulista, São ROQUE, Mairinque, Ibiúna e Alumínio por estarem mais próximos da RMSP em permanente e rápida expansão. Assim também se observa que a partir desses municípios se produzem constantes movimentações em direção aos municípios de Sorocaba, Itu e Salto, principalmente e Tatui, Indaiatuba, Campinas e Itapetininga, como secundários.

### ÁREAS DE SOLO CONTAMINADO

Segundo dados, desatualizados, seriam sete as áreas contaminadas, sendo: Mairinque 1, São Roque 2, Sorocaba 3 e Vargem Grande Paulista 1.

(Fonte CETESB)

### MORTALIDADE INFANTIL MÉDIA

Em toda a bacia a mortalidade infantil se apresenta com uma média de 22,43 por mil, sendo a menor Sorocaba com 16,19 e a maior Ibiúna com 26,16 por mil. Considera-se que boa parte é causada por contaminação de veiculação hídrica.

(Base de dados DATASUL)

### DEGRADAÇÃO SISTÊMICA E ASSISTÊMICA

As observações "in-loco", terrestres e aéreas, e as imagens satelitais através de LAND SATS (comparativas 1998/2004) comprovam um considerável e alarmante aumento da degradação produzida principalmente por:

Ocupação desordenada do solo;

Desmatamentos;

Queimadas e supressão da "mata rasa" e capoeiras;

Supressão de nascentes;

Represamentos irregulares e clandestinos;

Agricultura em áreas de drenagem e irrigação potencialmente irracional e poluidora;

Erosão;

Loteamentos insustentáveis e especulação imobiliária.

### CRITICIDADE E AMEACAS

A Bacia Itupararanga, o reservatório e sua jusante, consideram-se uma região degradada e com alta pressão urbana e industrial, sendo a degradação ambiental especialmente concentrada nos municípios de Vargem Grande Paulista, São Roque, Mairinque, Alumínio, Votorantim, Piedade e Ibiúna.

### SITUAÇÃO DA BACIA

- **Relação crítica entre disponibilidade hídrica superficial e elevada e crescente demanda, principalmente no Alto Sorocaba-Sorocaba;**
- Crescente degradação do solo por desmatamentos, ocupação desordenada do solo, erosão e supressão de áreas de recarga e de mananciais;
- Assoreamento permanente e incontrolado;
- Produção agrícola desordenada e insustentável;
- Abandono de áreas agrícolas e substituição por áreas de lazer, loteamentos irregulares e regularizados sem planejamento e atendimento de normas e arte e princípios de sustentabilidade. 7 Instalação de atividades de comércio e indústria sem planejamento e critérios sustentáveis;
- Rebaixamento do reservatório Itupararanga fundamentalmente por causas de permanente degradação dos seus produtores hídricos convergentes (mananciais e áreas de recarga);
- Presença de organismos potencialmente tóxicos (cianobactérias) em diversos pontos da área de drenagem e muito próximos ao reservatório;

### SITUAÇÃO DO RESERVATÓRIO ITUPARARANGA

- **Volume de água progressivamente reduzido, potencialmente agravado nos últimos dois anos;**
- Permanente supressão de mata nativa, especialmente matas ciliares, nas áreas de proteção e recarga;
- Presença do uso de áreas e braços secos para o pastoreio de animais e disposição de resíduos sólidos.
- Presença de organismos potencialmente tóxicos (cianobactérias).

## **CONCLUSÕES**

O resumo acima apresentado:

**29 com ênfase na relação crítica entre disponibilidade hídrica e a elevada e crescente demanda:**

**30 entendendo a concentração demográfica representativa em relação ao resto da Bacia Sorocaba-Médio Tietê e as conseqüentes demandas futuras, relevando a fragilidade própria e natural do sistema e as pressões antrópicas presentes e futuras:**

**31 considerando se tratar da montante cabeceira principal de uma área onde suas jusantes estariam comprometidas tanto na quantidade como na qualidade de água;**

**32 considerando que o agravamento da atual situação traria conseqüências graves num futuro próximo, conseqüências estas de ordem social e econômicas;**

**Consideramos esta área chamada de Bacia Itupararanga, como sendo de vital e de maior relevância e importância dentro da complexidade da Bacia Hidrográfica Sorocaba-Médio Tietê.**

Por estas razões e na observação da Lei de Recursos Hídricos e em especial do Estatuto do CBH/SMT nos seus Artigos 3.0 nos acapites acima mencionados e principalmente no Artigo 4.0 no seu acapite XV onde diz: "Propor. Quando necessário, a elaboração e implantação de planos emergenciais para garantir a Qualidade e Quantidade dos recursos hídricos em sua área de atuação", entendemos como necessidade prioritária do CBH/SMT, que de forma independente de outras instâncias e trâmites sobre a Bacia Itupararanga, disponha urgente tratamento sobre o assunto.

Pelo exposto VIMOS por esta apresentar o encaminhamento de apreciação e aprovação por este plenário do seguinte:

I) DECLARAÇÃO DE IMPORTÂNCIA E PRIORIDADE RELEVANTE O TRATAMENTO e INVESTIMENTOS NA BACIA ITUPARARANGA;

11) ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO EMERGENCIAL PARA A BACIA ITUPARARANGA.

Solicita-se que este documento seja anexado de forma integral à ATA de reunião deste evento da 29.0 Reunião Plenária do CBH(SMT e assim distribuído e tratado como parte integrante e inseparável.

Atenciosamente;

Eduardo Raccioppi Diretor Presidente Novembro,  
20 de 2004

Cc:

Secretaria de Recursos Hídricos Saneamento e Obras; Secretaria de Meio Ambiente.

*Entrega-se uma cópia fiel nas mãos da Sra. Secretária Executiva do CBH/SMT Sra. Jussara Lima Carvalho, que assina em caráter de recebimento uma cópia de igual teor. Igual documento será enviado eletronicamente.*

.....  
de novembro de 2004

## ANEXO 2

### MINUTA

#### MOÇÃO CBH/ 04

**CONSIDERANDO** a Constituição Federal e a Constituição Estadual;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 9433/97 que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual 7663/91 que institui a Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

**CONSIDERANDO** a Lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e o Decreto 4281/2002 que a regulamenta;

**CONSIDERANDO** a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Resolução CNE/CEB n02/98 e Parecer CNE n° 4/98 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;

**CONSIDERANDO** que nos últimos encontros estaduais de Comitês de bacias, foi diagnosticada a necessidade da promoção de programas continuados de capacitação, voltados a todos os segmentos envolvidos;

**CONSIDERANDO** que os comitês de bacias, de acordo os objetivos e princípios da política estadual de recursos hídricos, têm adotado a educação ambiental como um instrumento para a gestão de recursos hídricos, visando garantir que os princípios da descentralização, participação e integração sejam amplamente divulgados à população e exercitados pelos membros dos comitês;

**CONSIDERANDO** que os comitês direcionam recursos financeiros para projetos de educação ambiental, os quais devem atender ao estabelecido nos programas de duração continuada e estarem previstos nos planos de bacias;

**CONSIDERANDO** a baixa efetividade dos mecanismos de divulgação e informação existentes no sistema e a necessidade de apresentá-las em formato e linguagem acessível a todos e

**CONSIDERANDO** que a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM , do

Conselho Nacional de Recursos Hídricos recomenda a criação de câmaras técnicas similares nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos,

**Aprova:**

Encaminhar ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, a **MOÇÃO DE APOIO** à criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos, junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

**Sorocaba/SP, 26 de novembro de 2004.**

**Renato Favel Amary**  
**Presidente do CBH-SMT**